

O NOVO PAPEL DOS PROFESSORES FACE ÀS MUDANÇAS SOCIAIS E ECONÓMICAS E OS CONSEQUENTES DESAFIOS A EMPREENDER PELOS SISTEMAS EDUCATIVOS

G. de Landsheere

Se definirmos uma crise de civilização como "*um estado de desequilíbrio grave provocado pelo avanço das condições tecnológicas, sociais ou ideológicas consideradas normais ou que prevaleçam durante um período de tempo mais ou menos longo*" [D.BIDNEY], não há dúvidas de que a humanidade atravessa hoje uma das crises culturais mais profundas da sua história.

Estabelecer uma relação directa e exclusiva entre este grande abalo e a crise económica – que não passa de uma crise de crescimento e de desequilíbrio – é um tremendo erro. Com efeito, assistimos ao aparecimento de um mundo novo que nós ainda não compreendemos bem e ao qual, sobretudo, ainda não nos adaptamos. Devemos, pois, elaborar um novo projecto de civilização.

A importância e a gravidade dos efeitos não estão ainda bem compreendidos: muitos dos nossos contemporâneos, incluindo alguns decisores ao mais alto nível, reagem como quem tem que fazer uma viagem indispensável, não tendo, porém, coragem para a empreender. De qualquer maneira, só aceitam tomar o combóio na condição de não deixarem a poltrona do seu salão.

Como sempre, toda a hipótese de causalidade linear que procura explicar as perturbações contemporâneas não resiste a um exame.

Nós não nos apercebemos claramente das consequências das maiores mutações tecnológicas do nosso tempo: a informática subverte a organização do trabalho, da cultura e dos lazeres; as biotecnologias dão ao homem um poder inusitado sobre o seu próprio destino; as energias novas procuram uma força construtora e destruidora jamais vista; os novos materiais colocam em causa numerosos produtos industriais e mudam as formas do nosso meio ambiente.

Em suma, os grandes equilíbrios políticos e culturais, do mesmo modo que a matriz material e moral do nosso meio ambiente, estão perturbados nas suas raízes.

1. UM MUNDO DA INTELIGÊNCIA E DO CONHECIMENTO

Pelo facto de libertar o homem de tarefas rotineiras, a informática cria um espaço para os processos mentais superiores: análise, síntese e criatividade. Numa sociedade que, de acordo com a admirável expressão de Louis Armand, está prestes a encefalizar-se, a inteligência tornou-se uma das «mercadorias» mais procuradas.

O capital de conhecimentos da humanidade duplicará, em média, todos os sete anos. Cerca de 90% dos conhecimentos actualmente existentes foram construídos nos últimos vinte e cinco anos.

As empresas compreendem que o seu sucesso, ou mesmo a sua sobrevivência, depende cada vez mais dos investimentos não materiais, ou seja, dos investimentos na inteligência humana: pesquisa e desenvolvimento, formação, refinamento intelectual e afectivo das relações de autoridade e no mundo do trabalho.

Da base ao topo, o mundo do trabalho assiste à substituição da linearidade organizativa e funcional pelos processos interactivos multidireccionais.

O trabalho assume, cada vez mais, novas dimensões, em particular devido à multiplicação das máquinas flexíveis, concebidas para permitir a interactividade com o homem e para a produção diversificada de bens. Esta situação implica, evidentemente, um novo tipo de trabalhador, e não apenas daquele que trabalha na fábrica: ele deve tornar-se polifuncional, com todas as implicações em matéria de formação, de concepção, de flexibilidade e de aptidão para trabalhar em equipas multidimensionais.

Exemplos gritantes de evolução vertiginosa estão diante dos nossos olhos. Em 1984, nas fábricas Renault, dois em cada três trabalhadores eram operários. Em 1995, são menos de um para dois - exactamente, 46% de operários, 53.6% de empregados dos serviços, dos quais 11% são engenheiros. Após 1990, o sector terciário ou dos serviços representa mais de metade do produto interno bruto de França. Com mais ou menos atraso, as outras indústrias seguem esta evolução. Mais de metade dos novos empregos criados actualmente ou a criar até ao ano 2000 exigirão uma formação superior e cerca de um terço destinar-se-ão a universitários a tempo integral.

A mundialização da economia afecta os velhos países industrializados. Milhões de empregos estão irremediavelmente perdidos por causa da deslocação para países onde se praticam baixos salários e a industrialização da Índia e da China agravará esta tendência.

Sabe-se hoje quanto a pobreza afecta não apenas os países mais desfavorecidos, mas também os países industrializados. Uma sociedade dual está em instalação, com tensões sociais que se agravarão rapidamente. Então, os menos instruídos e os menos qualificados serão as primeiras vítimas.

A sociedade que se anuncia é a do tempo liderado pela tecnologia: a noção de rendimento não terá que estar necessariamente ligada à noção tradicional do trabalho. A solidariedade e a partilha equitativa das riquezas e dos saberes são as condições de um futuro satisfatório.

Dois factores importantes de marginalização interessam directamente ao nosso propósito. Por um lado, o número de insucessos escolares graves é muito

elevado nos ensinos primário, secundário e superior e os abandonos escolares multiplicam-se. Por outro lado, e mesmo que não tenham tido insucesso, muitos alunos terminam os seus estudos sem possuirem uma formação ou qualificação suficientes. Em suma, o sistema educativo «fabrica» marginais.

Ora, e não é difícil ver isso, as exigências são enormes. Hoje em dia, os jovens [e os seus progenitores] têm que enfrentar desafios multiformes. Se adquirirem bases sólidas, desde o princípio da escolaridade [sobretudo desde o princípio], cada pessoa, na posse de uma boa saúde física e mental deve ser capaz de, designadamente:

- receber e analisar a informação e continuar a conquistar o conhecimento ao longo de toda a vida;
- comunicar;
- detectar os problemas e ter ideias para os resolver;
- elaborar projectos;
- antecipar;
- trabalhar em condições caracterizadas pela mudança e pelo movimento;
- decidir e agir sem possuir todos os elementos de informação desejados;
- de tolerar as tensões e as incertezas;
- aderir profundamente aos valores humanistas.

Acreditar que cada pessoa alguma vez possua todas estas qualidades é «*naif*». No entanto, considerar que nos encontramos perante características essenciais do homem do futuro, é ser realista. É, pois, necessário suscitá-las desde já. Como? Desde logo, começando por aprofundar, sem preconceitos ou hesitações, a análise dos problemas fundamentais da educação e da formação. Assim:

1. É necessário avaliar, de uma forma tão precisa quanto possível, o rendimento do ensino fundamental. A sua qualidade deve ser absolutamente melhorada, o mesmo devendo acontecer com o ensino secundário: o ensino deve ser repensado e reorganizado para se adaptar a alunos cada vez mais heterogéneos, quer no que diz respeito à sua origem, quer no que se reporta ao projecto da sua própria educação. Importa, também, conhecer quais devem ser os saberes e o saber-fazer de jovens de 17-18 anos, quer estejam ou não sujeitos à escolaridade.
2. A cultura geral é hoje mais importante do que nunca. Sem ela, o homem tornar-se-à escravo da tecnologia, em vez de colocar esta ao serviço de todos. Uma boa cultura geral interroga os fenómenos naturais e sociais de uma maneira permanente, permitindo distinguir o essencial do acessório, ao mesmo tempo que legitima as acções.

Esta cultura deve impregnar toda a educação, toda a formação, para, por um lado, impedir uma visão tecnicista e, por outro lado, permitir um espírito de abertura a um mundo novo caracterizado pela flexibilidade e pela polivalência em crescimento continuado.

Chegou o momento, escreve DOMENACH [1989:35], de procurar o essencial na contemporaneidade, de o sujeitar a certas regras e a alguns princípios unificadores. É necessário “assegurar, em bases simples e estáveis, uma pedagogia do complexo e do instável”, tendo consciência de que “entre a simplicidade e a complexidade, o caminho não é unívoco: vai-se de um para outro”. É neste «vai-vem» que se situa a dialéctica da pedagogia.

Todos os movimentos profundos que têm sido evocados são construídos na base da competitividade: entre países, entre empresas e entre homens. Actualmente, os ricos tornam-se mais ricos e os pobres mais pobres, com todas as consequências que esta situação acarreta. Ou seja, chegamos a uma situação moral e vital: o futuro do nosso planeta está naturalmente ligado ao grau de solidariedade entre ricos e pobres, tanto à escala das nações, como dos indivíduos.

Que deve ser feito para escaparmos à marginalização e ao empobrecimento material, intelectual e moral das nações e dos indivíduos?

Antes de mais, devemos investir na educação, na formação e na investigação. Numa primeira aproximação, diremos que é preciso aumentar a produtividade do sistema educativo, conduzindo ao sucesso todos os jovens, pelo menos todos os que frequentam o ensino secundário, assegurando-lhes uma formação contínua, seja na empresa, seja fora dela.

Os insucessos escolares devem diminuir radicalmente. Quanto mais se avança mais se comprehende que, em boa parte, esses insucessos são artificiais, seja por causa do efeito Posthumus [qualquer que seja a distribuição das aptidões dos seus alunos, o professor tende a regular as suas exigências de forma a garantir anualmente uma taxa estável de aprovações], seja a partir do diagnóstico correcto das origens das dificuldades de aprendizagem manifestadas pelos alunos e das medidas adequadas de remediação.

2. UMA TRANSFORMAÇÃO PROFISSIONAL INDISPENSÁVEL DOS PROFESSORES

No momento histórico que vivemos, e no que está para vir, o papel dos professores é crucial. Ora, actualmente, estes encontram-se numa situação muito insatisfatória, quer no que se reporta ao seu recrutamento, quer no que diz respeito à sua remuneração, quer ainda quanto ao reconhecimento social que lhes é negado.

É verdade que muitas das concepções ainda em vigor relativamente aos professores vêm directamente do século xix. A hierarquia estatutária e científica que ainda subsiste é disso um testemunho indesmentível.

O próprio exercício da profissão é muitas vezes obsoleto. Enquanto a maior parte das profissões intelectuais – medicina, agronomia, engenharia, etc. – passaram de um empirismo mais ou menos esclarecido para uma prática cientificamente fundamentada, a profissão de professor ainda não conheceu o salto qualitativo necessário. Tenhamos em atenção que, em muitos casos, os professores não são ainda considerados verdadeiros profissionais, no sentido anglo-saxónico do termo.

A actividade de um «profissional» apresenta as características seguintes [LEMOSE;1989:57]:

- o exercício de uma profissão «científica» implica uma actividade intelectual que exige a responsabilidade de quem a exerce. Hoje em dia, exigimos que sejam presentes a tribunal os médicos que tenham cometido erros graves no tratamento dos pacientes. Designadamente nos Estados Unidos da América, e em virtude da *accountability*, um número crescente de professores está sujeito ao mesmo procedimento;
- um «profissional» exerce uma actividade científica e não uma actividade rotineira, mecânica ou repetitiva;
- esta actividade é, entretanto, mais prática que teórica ou especulativa, uma vez que se define como exercício de uma arte;
- a técnica aprende-se no decorrer de uma formação longa;
- o grupo que exerce a actividade rege-se por uma forte organização e uma grande coerência interna;
- trata-se de uma actividade de natureza altruísta para prestar um serviço precioso à sociedade.

Como é fácil de constatar, ainda temos que percorrer muito caminho para que a profissão de professor obedeça a estas características.

Carentes de uma formação profissional – no sentido que vem sendo dado ao termo «profissional» – muitos professores sofrem de crise de identidade. Eles não «encaixam» bem as características da sua função. Entre os próprios estudantes universitários, regra geral, atribui-se menos prestígio social àqueles que seguem cursos ligados à pedagogia.

Desvalorizada relativamente ao que foi até meados do século xx, a profissão de professor já não atrai candidatos de grande qualidade. Mesmo para os mais desfavorecidos de entre eles, a carreira pedagógica não representa uma ocasião privilegiada de ascensão social, porque, na maior parte dos nossos países onde

existe uma quase gratuitidade de ensino, eles acedem sem grandes dificuldades à universidade ou a outras formas de ensino superior equivalentes.

A qualidade do recrutamento está, consequentemente, a decair. Muitos fazem estudos pedagógicos com resignação, por vezes – ou sempre – só depois de terem tentado em vão o ingresso em cursos superiores ditos «nobres».

Quanto aos professores em exercício, eles são muitas vezes maltratados moralmente, afastados por decisões contraditórias tomadas por autoridades cujo comportamento nem sempre é responsável. Quantas vezes os dados fundamentais dos problemas educativos a resolver são ignorados por aqueles que têm que decidir!...

Os professores, por sua vez, têm consciência da sua posição intelectual inconfortável. Eles sentem que não evoluem face aos avanços científicos e tecnológicos que se produzem à sua volta. Os progressos teóricos importantes ocorrem, tanto em psicologia, como ao nível da ciência e da tecnologia educativa, muito embora não influenciem significativamente a prática quotidiana.

Não tendo sido formados em instituições em que a investigação anda de braço dado com o ensino, os professores não são suficientemente formados para manterem o contacto com as publicações de pesquisas relativas ao seu campo de actuação. Não poucas vezes, os investigadores em educação são acusados de serem «terroristas intelectuais», simplesmente porque se exprimem, tal como os outros investigadores o fazem, numa linguagem científica. A distância entre o nível de formação desejável – integrando os novos contributos das ciências fundamentais – e a formação existente, tem tendência para se agravar em vez de diminuir.

Muitos professores são desencorajados. Uma sondagem levada a efecto em França, no início do ano lectivo 1984/85, mostrava que 40% dos professores declaravam terem já tentado mudar de profissão [em *Le Monde*, 10 de Janeiro de 1985]. Nos Estados Unidos da América, 50% dos professores abandonam a profissão durante os dez primeiros anos de exercício.

Em suma, as condições necessárias para o salto qualitativo não estão ainda reunidas. E isto constitui uma razão forte para fazer mudar a situação.

O novo papel dos professores

A necessidade da escola, ou mesmo a sua existência, foi posta em questão, em França, através da contestação revolucionária de Maio de 1968, tendo-se estendido a outros países. Este movimento veio revelar que a escola é mais importante que nunca.

Mesmo quando o ensino se processa parcialmente à distância, a relação directa entre o professor e os seus alunos é insubstituível. É através desta relação que se transmitem melhor as atitudes e os valores e, em termos mais gerais, as

mensagens afectivas não verbais, cuja importância é cada vez mais reconhecida. Fala-se, a este propósito, de «currículo oculto».

Entre os principais desafios a enfrentar pelos professores, destacam-se os seguintes:

- Capacidade para elaborar projectos educativos tendo em conta, por um lado, as particularidades pessoais do educador e dos seus alunos e, por outro lado, as especificidades do meio envolvente material e social. Mais do que nunca, é preciso ter sempre presente a célebre frase de Popham: "a qualidade da aprendizagem numa situação de ensino deriva de um método particular, utilizado por um professor específico para alunos específicos e perseguindo objectivos muito concretos". E é, ainda, necessário acrescentar: "...num meio envolvente física e socialmente muito concreto".
- Obter o máximo de êxitos, designadamente – como ideal – o de todos os alunos, apesar da sua heterogeneidade.
- Valorizar a inteligência, mesmo aquela que se apresente muito oculta. A inteligência é multiforme. Muitas vezes, ainda se diz que os alunos são pouco dotados, apenas porque o perfil intelectual e afectivo não é conforme à imagem *standard* e tradicional do «bom aluno». Após a realização dos trabalhos pioneiros de GUILFORD [1967], sabe-se que as cinco principais aptidões mentais primárias [compreensão verbal, fluidez verbal, aptidão espacial, raciocínio e aptidão numérica], postas em evidência pelas análises factoriais de L. e T. THURSTONE, não são suficientes para dar conta da imensa diversidade das aptidões intelectuais. GUILFORD identificou 120.
- Identificar os sobredotados e permitir-lhes a actualização do seu potencial, o que está longe de ser o caso. Uma pesquisa do britânico PAINTER [1982] mostra que, nas escolas secundárias observadas, os professores não tinham identificado mais do que 30% dos sobredotados. Os fracassos escolares dos alunos deste tipo estão longe de serem excepções.
- Ter em conta a grande diversidade de motivações dos alunos.
- Renunciar a impor o saber, a disciplina, procurando negociar, tendo em conta as ideias e os sentimentos pessoais: o constrangimento deve dar lugar ao contrato.
- Atribuir ao saber um sentido mais do que estratégico [ganhar dinheiro, evitar o desemprego, etc.]. Revalorizar a cultura geral, que, em última análise, protege contra a marginalização, a obsolescência precoce do saber e da formação.

- Saber tirar partido da educação e da formação alternativas.
- Ter em conta a permanência da educação.

O professor deve ser também um investigador

O professor, além de dever ser um consumidor dos contributos da investigação em educação, deve também tornar-se, ele mesmo, um investigador, quer adoptando um procedimento rigoroso para resolver os seus problemas particulares, que surjam na prática quotidiana [investigação operacional, investigação-acção], quer participando em grupos de investigação e desenvolvimento.

Aceder a uma cultura da avaliação

A prática do professor sofre ainda muitas vezes de falhas significativas no domínio da avaliação.

A) AVALIAÇÃO FORMATIVA

Intervindo, em princípio, durante e após cada tarefa de aprendizagem, a avaliação formativa tem como objectivo informar os alunos e os professores do grau de mestria obtida e, eventualmente, descobrir onde e em quê um aluno manifesta dificuldades de aprendizagem, no sentido de lhe propor, ou melhor, de o ajudar a descobrir as estratégias adequadas que lhe permitam ultrapassar essas dificuldades.

Não é preciso relevar a importância desta modalidade de avaliação para a qual os professores, aliás, se apresentam, regra geral, mal preparados. Encontram-se, assim, numa situação semelhante à dos médicos que não tivessem sido formados para diagnosticar a natureza e as causas das perturbações ou doenças que afectam os seus doentes.

Tais considerações suscitam, muitas vezes, protestos unânimis que traduzem uma firme oposição: será que os professores não são capazes de «definir a patologia» das dificuldades correntes de aprendizagem? Evidentemente, não é disso que se trata [mesmo quando as situações patológicas estão presentes na escola].

Uma das condições de acesso dos professores à *profissionalidade* é a sua capacidade para perceber e definir a natureza das dificuldades manifestadas pelo aluno, a fim de encontrar os meios para as superar, através de intervenções adequadas. Esta prática profissional de alto nível, susceptível de provocar uma elevada taxa de êxito escolar, só será atingida se os formadores de professores praticarem, eles mesmos, esta modalidade de avaliação.

Na medicina, dispomos de tratados consagrados às diferentes especialidades da ciência médica [dermatologia, pneumologia, ginecologia, gastroenterologia,

etc.). Em primeiro lugar, esses tratados descrevem a normalidade [aspectos fisiológicos, biológicos, etc.] e só depois as diferentes patologias com indicação das respectivas terapias.

Então, por que razão os professores não dispõem de obras de referência semelhantes? Uma observação deste tipo permite perceber melhor o longo caminho que os professores têm ainda a percorrer para que a sua profissão se enquadre entre as profissões avançadas.

B) AVALIAÇÃO SUMATIVA

Esta modalidade de avaliação assume-se como um balanço, tanto no plano do aproveitamento dos alunos, como no plano da pertinência dos próprios programas. Neste caso, ou a avaliação diz respeito aos objectivos do programa ou, então, reporta-se a todas as aquisições dos alunos, independentemente dos objectivos consignados.

Os exames tradicionais são, regra geral, de natureza sumativa. Também a este propósito, são indispensáveis importantes mudanças em muitos países, a fim de evitar as injustiças que marcam o futuro educativo dos alunos. Com efeito, a lei de Posthumus ainda se verifica muitas vezes. De acordo com esta lei – a que já fizemos referência –, um professor tem tendência para ajustar o seu ensino e as suas apreciações relativamente às «performances» dos seus alunos, de maneira a conservar aproximadamente, ano após ano, a mesma distribuição de classificações e, portanto, a mesma percentagem de aprovações.

É absolutamente saudável que os professores, para construirem o currículo, tenham em conta o estado de desenvolvimento dos seus alunos. As coisas complicam-se quando – como já pudemos observar –, uma mesma «performance» escolar é classificada de forma diferente de escola para escola.

Este fenómeno é revelador da falta de rigor científico das avaliações, sendo injusto condenar os professores pela sua existência, dada a ausência de uma formação nesse sentido. Importa, pois, formar os professores para evitar estas aberrações. Entretanto, os métodos para essa formação são hoje bem conhecidos.

C) PILOTAGEM DO ENSINO

Etimologicamente, a palavra *educação* vem do latim *ducere*, conduzir. Com efeito, educar significa guiar uma pessoa em direcção a um fim e ajudá-la a consegui-lo, tanto se trate da aquisição de um saber, como de um saber-fazer ou de um saber-ser.

Paradoxalmente, o ensino ainda se confina muitas vezes a discursos e exortações cujos efeitos só aparentemente se conhecem. Ou seja, crê-se na magia da palavra. O exemplo perfeito encontrámo-lo nas lições de moral ou de civismo,

muito embora só raramente se verifique uma eficácia real. O mestre disse..., o aluno repete correctamente a mensagem... e tudo está bem!...

A importância atribuída actualmente à «pilotagem» não é fortuita. A partir do momento em que os conhecimentos e as habilidades se tornam a primeira riqueza das nações e a chave de uma economia de boa saúde, torna-se indispensável averiguar se a educação é suficientemente produtiva e descobrir porquê o não é ainda. A lógica desta preocupação não é apenas económica. É, também, política e moral. Num sistema democrático em que os cidadãos devem beneficiar da igualdade de oportunidades, é forçoso verificar sistematicamente se este ideal está ou não a ser conseguido.

Monitoring é a expressão inglesa de «pilotagem». Em tecnologia, um *monitor* é um dispositivo de vigilância que acciona um alarme em caso de disfuncionamento do sistema. Em educação, a «pilotagem» opera através de uma antecipação de indicadores quantitativos e qualitativos.

Duas perspectivas devem ser distinguidas: a das autoridades políticas e pedagógicas que assumem a responsabilidade do funcionamento do sistema [macropilotagem] e a dos professores que trabalham directamente na educação dos seus alunos [micropilotagem].

Evidentemente, os professores conscientes – e estes serão a maioria – preocupam-se com o progresso dos seus alunos. O facto de nem sempre avaliarem correctamente ou de nem sempre deitarem mão de utensílios apropriados para uma melhor avaliação não é razão suficiente para uma condenação. Com efeito, muitas vezes, eles não são, ou não estão, convenientemente preparados para esta missão, nem lhe terão sido fornecidos os instrumentos adequados, nem dada uma formação que os leve a utilizar esses instrumentos de uma forma correcta.

Na conjuntura actual, esta situação é intolerável, pelas razões já invocadas. Os professores actuais têm a obrigação moral de assumir a «pilotagem» do rendimento e a «pilotagem» formativa dos seus alunos e da instituição educativa em que trabalham.

O professor deveria dedicar-se, sobretudo, à «pilotagem» formativa, mesmo considerando que, nesse caso, não é de todo indiferente a «pilotagem» do rendimento.

- Pilotagem formativa

A avaliação formativa foi já invocada. Trata-se de uma modalidade de avaliação preconizada para avaliar um sujeito, muito embora possa ser utilizada numa perspectiva de avaliação do colectivo e, deste modo, servir a «pilotagem»: a aplicação periódica de testes centrados sobre os objectivos perseguidos cobrindo

o essencial do programa de estudos [testes criteriais] permite identificar os problemas que podem colocar-se em determinado ambiente escolar e encontrar a melhor solução para os mesmos.

Três aspectos podem ser considerados:

- os *programas*: respondem bem às necessidades dos alunos? Estão concebidos para assegurar a igualdade de oportunidades?
 - as *práticas educativas*: correspondem aos objectivos a perseguir? O currículo implantado é válido? Que práticas se mostraram mais eficazes? O ensino não foi marcado por questões ligadas à origem social e/ou étnica dos alunos? A igualdade entre os sexos foi assegurada? Não se observam diferenças significativas ligadas à implementação geográfica?
 - as *aquisições dos alunos*: correspondem ao projecto educativo? Diferem bastante em função dos indivíduos? Quais são as taxas de insucesso? Observam-se diferenças significativas de êxito em função do sexo e/ou de acordo com as origens sociais, étnicas e geográficas?
- Pilotagem do rendimento escolar

A questão é simples: «– Que aprenderam os alunos?» Por exemplo, que percentagem de alunos sabe ler no final do primeiro ano de escolaridade, estando definidos os critérios de êxito de uma forma operatória?

Para sermos correctos, as medidas de rendimento devem poder apoiar-se nos resultados de provas estandardizadas, rigorosamente escalonadas. O ideal parece ser permitir que o professor avalie, numa primeira fase, tal como entende para, depois, o convidar a aplicar aos seus alunos testes de amplitude regional ou nacional. Deste modo, ele toma consciência dos excessos de severidade ou, pelo contrário, de falta de exigência, podendo eventualmente corrigir as suas classificações iniciais.

Uma cultura de felicidade e de abertura

As considerações precedentes têm a ver, sobretudo, com as aquisições cognitivas, cuja importância na forma de civilização que se está a desenvolver procurámos sublinhar.

Mas, a missão dos professores não se resume a isto. Até uma época relativamente recente, a família e a comunidade restrita eram os principais agentes de educação das crianças e dos adolescentes. A mãe, com as lides caseiras, e o pai, quando agricultor ou artesão, trabalhavam quase sempre em casa. A criança conhecia bem a comunidade próxima, que a acolhia e protegia. Muitas das aprendizagens realizavam-se por simples imitação directa a partir do

trabalho dos adultos. Também muito cedo, os jovens davam o seu contributo à vida comunitária, sentindo-se, desse modo, valorizados e respeitados.

Hoje em dia, muitas das famílias estão deslocadas, o trabalho dos adultos é levado a efeito em lugares fechados às crianças e em grandes cidades onde vive a maioria das populações, fazendo com que os laços comunitários ou não existam ou, existindo, sejam muito precários.

Muitos factores educativos de primeira importância desapareceram praticamente no meio de origem de crianças e adolescentes. Temos vindo a exigir da escola, e cada vez mais, que à sua primeira missão se acrescente a educação sócio-afectiva e a segurança que muitas crianças e adolescentes não encontram no seu próprio ambiente familiar.

A tarefa dos professores está, portanto, bastante alargada, tanto pelos problemas comportamentais dos alunos, como pelas missões educativas suplementares que se acumulam sobre os ombros dos professores. Ora, estes nunca foram suficientemente preparados para dar cumprimento a estas tarefas, que, em boa parte, são absolutamente novas. Estes aspectos da sua missão constituem os desafios suplementares que não podemos subestimar.

3. CONCLUSÃO

Os professores debatem-se com uma das crises culturais mais dramáticas da história da humanidade.

Objectivamente, não é possível afirmar que o caos e a desintegração social não venham a caracterizar o próximo século, que está, aliás, já perto de nós. Hoje em dia, o pessimismo é uma das características dos homens tidos como sagazes e lúcidos. Portanto, o educador deve confiar no futuro, independentemente das dificuldades a que tiver que fazer face.

Ao lado dos presságios catastróficos – muita gente teme que o pior aconteça por volta do ano 2010 – o futuro que está ao nosso alcance abre, também, perspectivas tão cintilantes que fazem com que seja difícil de crer que os homens se mostrem suficientemente tolos para as enjeitar.

Indissociada da vida, a escola evitárá separar artificialmente o cognitivo do afectivo. Reconhecendo o papel decisivo das atitudes e dos valores, a escola cultivá-los-à na perspectiva da felicidade e terá como objectivo fundamental o fazer com que cada um «esteja bem» consigo e com outros. A escola fará da solidariedade um dos pontos principais da educação, na medida em que, se a solidariedade não se manifestar em todos os domínios, o desastre acontecerá.

Numa civilização que deverá, e poderá, oferecer a todos uma melhor qualidade de vida, a escola pode, de facto, jogar um papel determinante. Para isso, são precisos professores de muita qualidade.

Atravessamos, actualmente, o período de gestação necessária para o nascimento de uma nova civilização e de um novo tipo de educação e de professores que a mesma exigirá.

Trata-se de uma batalha que nós não podemos perder...

BIBLIOGRAFIA

- DE LANDSHEERE, G. (1994): *Le pilotage des systèmes d'éducation*. Bruxelles, De Boeck.
- DOMENAC, J.-M. [1989]: *Ce qu'il faut enseigner*. Paris, Du Seuil.
- GUILFORD, J.P. [1967]: *The nature of Human Intelligence*. New York, McGraw-Hill.
- LEMOSSÉ, M. [1989]: «Le professionalisme des enseignants: le point de vue anglais» em *Recherche et Formation*, 6, pp. 55-66.
- PAINTER, F. [1992]: *Gifted children in Secondary School: Looking to their future*. April 1992.

COLEÇÃO PERSPECTIVAS ACTUAIS
EDUCAÇÃO

curso
de
verão
• 1995

A EDUCAÇÃO DO FUTURO
O FUTURÓ DA EDUCAÇÃO

JOSÉ LUIS GARCIA GARRIDO • ROBERTO CARNEIRO
SUE FOWELL • FAY CHUNG • GILBERT DE LANDSHEERE

